

Práticas educativas nas rádios educativas: garimpar estrelas do chão

Educative practices in educative radio stations: prospecting stars in the floor

Patricia Zanin Heitzmann*

* Especialista em Bioética e em Comunicação Popular e Comunitária pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e jornalista da Rádio Universidade FM de Londrina. Docente curso de Jornalismo da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

e-mail: <patricia_zanin@uol.com.br>

Resumo

A história do rádio educativo é indissociável da trajetória do rádio no Brasil. Mas combinar práticas educativas ao jornalismo nas emissoras dessa natureza exige uma preocupação ética e estética. Não basta aprofundar temas; é preciso também encontrar formas instigantes de fazê-lo. Trata-se de um caminho em construção que deve considerar a perspectiva cultural e ainda a proposta de cidadania, valorização da diversidade, disponibilidade para a escuta e busca das singularidades. Neste texto – um relato de experiência da autora na Rádio Universidade FM (emissora educativa da Universidade Estadual de Londrina) –, procuramos mostrar as diferentes fases por que passou o rádio educativo no Brasil; defendemos a idéia das práticas educativas ligadas à cultura e à humanização, segundo ideais de Paulo Freire, e contamos parte da experiência jornalística da Universidade FM.

Palavras-chave: Rádio educativo. Educação. Singularidade. Relato de experiência.

Abstract

The background of educative broadcasting is tied to the history of broadcasting in Brazil. However, combining educational practices and journalism in broadcasting stations of such nature demands ethical and esthetic concerns. Exploiting and deepening issues is not enough; it is necessary to find out provoking ways to do that. This is an under construction enterprise that should take into consideration not only cultural perspectives, but also citizenship, diversity appreciation, availability to listen and the search for singularities. In this text – a report of the author's experience at "Rádio Universidade FM" (educative station belonging to the State University of Londrina), we try to show the different phases the educative radio stations in Brazil have been through. We advocate the ideas of educational practices connected to culture and humanization according to Paulo Freire's concepts, and report part of our journalistic experience at the University's radio station.

Keywords: *Educative broadcasting. Education. Singularity. Experience report.*

1 Introdução

Como aliar, de fato, práticas educativas e jornalismo nas emissoras de rádio educativas existentes hoje no País? A pergunta pode parecer simples, mas sua resposta envolve articulação entre autores que têm pesquisado como essas práticas se aproximam principalmente da perspectiva cultural.

A proposta inclui ainda uma clareza de fundamento por parte da equipe de jornalismo das emissoras sobre o papel do rádio educativo na atualidade. Essa sintonia é necessária para que haja um exercício permanente pelo fazer radiofônico comprometido com a idéia de educação não formal. Isso porque, apesar de o rádio ter nascido no Brasil com uma proposta educativa, há mais de 80 anos, mudou-se a configuração tanto do veículo quanto do que se entende por educação. Não são mais as conferências e palestras propostas no início por Roquette Pinto, considerado o pai do rádio brasileiro. Atualmente, as emissoras educativas estão mais ligadas às propostas de cidadania, valorização da diversidade cultural, mobilização social e promoção

humana, como defende a professora e pesquisadora Nélia Del Bianco (2003). Não só o conteúdo e a linguagem exigiram mudanças, mas também a forma de difusão das informações precisou se adaptar.

Neste texto, procuramos mostrar as diferentes fases por que passou o rádio educativo no Brasil, segundo estudo de Marlene Blois (2003), e defendemos que as emissoras educativas, apesar das dificuldades, podem ser uma alternativa para a produção de conteúdo. Elas não devem ser meras repetidoras e reproduzidoras de notícia e informação. Também buscamos difundir a idéia das práticas educativas ligadas à cultura e à humanização, de acordo com os ideais de Paulo Freire (1996). Relatamos ainda parte da experiência jornalística da Rádio Universidade FM (emissora educativa da Universidade Estadual de Londrina).

Para Blois (2003), o rádio educativo tem uma história que está em permanente construção desde a década de 20. O conceito de rádio educativo está presente no Código Brasileiro de Radiodifusão, de 1963. Em 1999, uma portaria interministerial define que as emissoras

devem ser geridas por universidades ou fundações sem fins lucrativos e sua programação precisa estar comprometida com a educação. As emissoras também são proibidas de veicular publicidade. Apoio financeiro nas educativas só por meio dos chamados “apoios culturais”.

Para analisarmos a atual fase e os desafios das educativas, é necessário, porém, entender a história dessas emissoras. De acordo com Blois, a fase pioneira iniciada com Roquette Pinto, em 1923, vai até 1928, quando surgem as primeiras experiências de rádio-escolas. Na segunda fase, até 1940, de acordo com a pesquisadora, criam-se as redes educativas. Em seguida, surgem experiências de interiorização do veículo que não estava mais só concentrado no eixo Rio-São Paulo. Esse processo dura até 1966, quando inicia a quarta fase (1967-1979), durante o regime militar.

O estudo de Blois mostra que a quinta fase, iniciada em 1979, consolidou-se com a inauguração de FMs educativas e a interação das emissoras em um sistema, o Sinred (Sistema Nacional de Radiodifusão Educativo). Ele foi extinto em 1995, quando inicia a sexta fase das emissoras educativas – a etapa atual, segundo a autora: “O rádio segue acompanhando a tecnologia do seu tempo, tanto em suas práticas de produção quanto nas de transmissão, surgindo emissoras educativas na Internet” (BLOIS, 2003, p. 36).

A partir do final da década de 90, o governo define, na Portaria Interministerial nº 651, os critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com finalidade exclusivamente educativa. A portaria foi assinada em 15 de abril de 1999 pelos então ministros da Educação Paulo Renato Souza e das Comunicações Pimenta da Veiga. Os três primeiros artigos da portaria revelam o que o governo entende por educação via rádio¹:

Art. 1º - Por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais.

Art. 2º - Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação.

Art. 3º - A radiodifusão educativa destina-se exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não tem finalidades lucrativas. (BRASIL, 2001).

A portaria não trata de formatos radiofônicos. De forma muito geral, o texto cita os “programas”, entendidos aqui como forma de difusão de conteúdos. As emissoras educativas têm o desafio de apresentar esses conteúdos com qualidade e, ao mesmo tempo, diferenciar-se das emissoras comerciais em relação à

forma de mostrar o conteúdo. Segundo Gisela Ortriwano (1985), as rádios comerciais difundem padrões dominantes no conteúdo das mensagens. Patricia Zanin Heitzmann e Flávia Lúcia Bazan Bepalhok (2005), em artigo sobre entraves, desafios e possibilidades para a construção de práticas educativas nas emissoras educativas, relacionam os chamados padrões dominantes apontados por Ortriwano à ideia de pensamento único defendida por Ignacio Ramonet:

Quer dizer, o que a imprensa diz a televisão repete, a rádio repete, e não apenas nos noticiários, mas também nas ficções, na apresentação de um tipo de modelo de vida que se deve apresentar [...] Não é um discurso que tenha a vocação ética de educar o cidadão ou de informar, no bom sentido da palavra, o cidadão, pois em essencialmente e antes de mais nada uma perspectiva comercial (RAMONET, 2003, p. 246-7).

Acreditamos que as práticas educativas no rádio educativo, na produção de programas, passam, necessariamente, por um exercício de jornalismo indissociável da ética e da estética, desvinculado de qualquer perspectiva comercial. A ética é o norte, é o fio que conduz a caminhos conflituosos sem romper-se. A estética aqui é entendida como o cultivar do belo. Uma sementeira por produções jornalísticas que partam do princípio educativo e tentem encantar pelos ouvidos. Uma tarefa que nem sempre consegue ser bem sucedida. Por isso, nossa intenção é entender as práticas educativas como processo e, como todo processo, experimentações, erros e conflitos são permitidos.

Os autores que nos conduzem nessa caminhada desenvolvem suas trajetórias revelando momentos de otimismo. Na maioria das vezes, não se trata de um otimismo ingênuo, e sim de uma crença nas possibilidades humanas de transformação. Uma aposta no processo educativo enquanto exercício de mudança.

O educador Paulo Freire é um dos nossos principais guias pelo caminho. Caminho que reúne milhares de garimpeiros. Foi o professor Fernando de Azevedo (1894-1974) quem recolheu precioso material lapidado em encontros singulares com sujeitos que garimpam pedras na tentativa de transformá-las em diamantes. Ele reproduziu um belo diálogo, recolhido há mais de meio século:

Moço, eu estou nesse negócio de catar pedras faz bem uns cinquenta anos. Muita gente me dizia para largar disso – cadê coragem? Cada um tem que viver procurando alguma coisa. Tem quem procure paz, tem quem procure briga. Eu procuro pedras. Mas foi numa dessas noites da minha velhice que entendi porque eu nunca larguei disso: só a gente que garimpa pode tirar estrelas do chão (AZEVEDO, [19--] apud ALENCAR; GENTILI, 2001, p. 62).

Esse exercício da lapidação é um dos principais caminhos que devem ser seguidos pela educação. É preciso ter convicção de que a mudança é possível e que a prática educativa é uma forma de intervenção no mundo, como afirmava Paulo Freire, que tanto lutou contra o exercício do comodismo e desengano, que consome e imobiliza:

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono; meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente (FREIRE, 1996, p. 85).

As possibilidades de intervenção de que Freire tratou envolvem o exercício de outros saberes como criticidade, estética e ética, que incorporam o risco e a aceitação do novo, a rejeição à discriminação, além de uma reflexão crítica sobre a prática. Sem pesquisa, criatividade, curiosidade, comprometimento, escuta, disponibilidade para o diálogo e respeito aos saberes dos sujeitos com os quais nos relacionamos também não será possível desenvolver uma prática educativa autônoma, alertou Freire. Talvez ele estivesse discutindo em seu projeto de Pedagogia da Autonomia o que Kant (1985) chamou de busca pelo esclarecimento e abandono da menoridade.

Podemos comparar a menoridade como uma forma de não exercício da autonomia e da cidadania. Almejá-la, atingi-la, exercitá-la, provocá-la, implica coragem, segundo o filósofo alemão. Para ele, preguiça e covardia ajudam a explicar porque é tão cômodo ser menor:

Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito da minha dieta, etc., então não preciso de esforçar-me eu mesmo... Que porém um público se esclareça a si mesmo é perfeitamente possível; mais que isso se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável (KANT, 1985, p. 102).

Mas a prática da liberdade, da autonomia, da busca pelo abandono da menoridade não é tarefa das mais fáceis na área da educação, principalmente por causa de todas as influências recebidas que vários pensadores chamam do “tempo do pensamento único”, com desdobramentos em todo o tecido social. O educador Chico Alencar, atualmente deputado federal pelo PT do Rio de Janeiro, traçou um panorama da era em que vivemos, tomando como base o mundo de consumo, da sociedade do espetáculo, do virtual e do imaginário. Nesse contexto, tomou como base estudos sobre globalização e totalitarismo, que resultam no chamado mundo globalitário, segundo o qual o capitalismo mundial rompe fronteiras e engloba a totalidade do planeta. É uma era de submissão dos governos às empresas – tanto que, segundo Alencar, das 100 maiores economias do mundo, 51 são empresas e 49 são estados nacionais.

2 Educação como Forma de Questionamento

O “educador humanista” não sucumbe diante das adversidades e dificuldades. Ele vive uma busca contínua pelo processo de transformação possível via educação. Para a filósofa Hannah Arendt (1906-1975), o ato educativo resume-se em humanizar o ser humano. Alencar compartilha dessa premissa e argumenta que o processo educativo “ensina a olhar para fora e para dentro”, além de buscar a transformação da realidade, como já ensinou Freire. O discípulo do mestre defende

ainda que o educador seja um provocador. Para ele, “[...] é mais importante produzir novas perguntas, levantar indagações, do que trazer respostas prontas e passar uma informação acabada” (ALENCAR; GENTILI, 2001, p. 111).

O questionamento deve ser um eterno protagonista da prática educativa. A dúvida que desestabiliza, que permite a pesquisa, que incita curiosidade é o eixo que pode produzir transformações. O processo de questionamento que pode resultar em mudança envolve a busca pela autonomia, o abandono da menoridade, como advertiu Kant. Inclui uma tarefa de investigação da sociedade, mas, principalmente, um mergulho em si mesmo:

Afinal, como disse um perseguido cientista que insistia em aprender com o universo, Galileu Galilei (1564-1642), “não se pode ensinar alguma coisa a alguém, pode-se apenas a auxiliar a descobrir por si mesmo” (ALENCAR; GENTILI, 2001, p. 110).

Essas descobertas e mergulhos nas profundezas do “eu” demandam reflexões éticas sobre nossa atuação no mundo subjetivo e profissional. O jornalismo que busca essa relação com a educação e uma aproximação com o sujeito e suas narrativas deve, necessariamente, agir com uma preocupação ética.

Para Freire, a ética é um dos principais saberes necessários à prática educativa. Ele a coloca ao lado da estética.

A necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. Decência e boniteza de mãos dadas. (FREIRE, 1996, p. 36).

Atuar numa emissora de rádio educativa pressupõe um exercício permanente da ética combinada com a estética. Não basta produzir programas com conteúdo de qualidade, que, de fato, respeitem rigorosamente a conduta ética apoiada não só nos códigos dos jornalistas, mas também numa reflexão permanente sobre a prática. É preciso também garantir que o conteúdo ético tenha possibilidade de ser mostrado de forma interessante, intrigante.

A busca combinada entre ética e estética pode percorrer um caminho que nos leve às profundezas, ao mergulho em detrimento da superfície do imediatismo, que é uma das principais características do veículo rádio. Mas estamos tratando de emissoras educativas. Elas devem refletir, sim, sobre as questões de nosso tempo. Não podem estar alheias aos acontecimentos, mas têm que fugir das soluções prontas e simplistas. Para Alencar, a prática educativa, nesse contexto, deve

[...] denunciar a superficialidade neurotizante de uma sociedade que coloca nosso legítimo e insaciável sonho perene de felicidade, harmonia e plenitude na posse das coisas, dos bens finitos (ALENCAR; GENTILI, 2001, p. 113).

Por isso, muitas vezes, é necessário fazer uma escolha entre o raso e o profundo; entre o imediato e o reflexivo. Assumir o papel educativo-cultural na busca da sua plenitude implica reconhecer que esta é uma

idéia que irá constituir-se no percurso de um processo em construção. Assumir o papel de educativo-cultural passa pela produção de conteúdos e formas mais “lapidadas” da informação como reportagens, documentários e entrevistas que possam aprofundar um tema.

Esses formatos de programas também devem valorizar, segundo Marlene Blois, a memória histórica e cultural da comunidade da qual é parte:

A abertura de espaço em sua programação para expressões da cultura local, regional e nacional, além da divulgação do registro dos fatos e personagens de destaque ao longo do tempo, e de seus tipos anônimos característicos, faz-se indispensável, uma vez que não há a mínima possibilidade de inserção, nas emissoras comerciais e nas grandes redes de comunicação, desse tipo de registro (BLOIS, 2003, p. 45).

Segundo Blois, a programação de uma emissora educativa é o principal diferencial em relação ao modelo de rádios comerciais.

As formas utilizadas para concretizar seus propósitos e chegar aos ouvintes vão desde as mais didáticas – os cursos e séries instrucionais – até realizações menos formais, mas não menos educativas, como o radiojornalismo, séries e spots culturais ou de utilidade pública, seleções musicais, a prestação de serviços à comunidade, propostas descompromissadas de interesses comerciais e modismos fabricados. É a educação aberta e continuada se realizando em linguagem coloquial e com forte apelo afetivo (BLOIS, 2003, p. 45).

Para a autora, o rádio educativo deve pensar na maioria da população quando os interesses forem coletivos, mas precisa também abrir espaço para as chamadas minorias. Kaplun afirmou que

há duas formas de fazer educação pelo rádio: uma decidindo previamente o que o ouvinte deve aprender; outra partindo do que o ouvinte quer aprender, do que ele sente como necessidade e como pergunta (KAPLUN, 1978, p. 70).

Acrescentamos que, sempre que possível, o veículo deve difundir idéias propositivas. Fugir da pauta que todas as emissoras comerciais veiculam todos os dias. Um rádio que se pretende educativo tem o dever de estar atento a não reproduzir e a não repetir as informações. Deve buscar ser produtor da informação, valorizando ações, iniciativas e sujeitos que constroem possibilidades. Novamente recorremos a Kaplun:

A mensagem educativa pressupõe outros valores e outras pautas de comportamento. A mensagem educativo-crítica e problematizadora vai contra a corrente. Sempre é mais fácil seguir crendo e pensando o que sempre se crê e se pensa o que “todos pensam” que questionar-se e problematizar-se (KAPLUN, 1978, p. 57).

O educador e filósofo Rubem Alves (2003), ao fazer uma análise sobre a imprensa, deu voz a crianças da Escola da Ponte, em Portugal. Para elas, os jornais deveriam ser divididos em duas seções. Uma de nome “Acho Bem”, em cores alegres, e outra, de nome “Acho

Mal”, em cores sinistras. Isso faria com que o leitor pudesse escolher o seu cardápio: “ou comidas de cheiro bom ou pratos em decomposição”. Alves diz não entender a preferência da população por notícias “putrefatas”. Ele se diz indignado com o método usado pelo jornalismo para selecionar o que vai ser transformado em notícia:

O que me espanta é o critério que se usa para pinçar, das milhares que há, as notícias que irão ser servidas aos leitores como comida. É preciso reconhecer que os jornais e a televisão são os fatores mais importantes na educação do povo. Jornais e televisão têm a missão ética de contribuir para que o povo seja melhor. Se o povo só se alimentar de comidas pútridas ele passará a gostar do pútrido. E, ao final, ficará também pútrido (ALVES, 2003, p. 12).

Alves propõe que as iniciativas sem visibilidade apareçam nos jornais. E, por analogia, podemos afirmar, também, no rádio. Ele cita uma conversa com um amigo, para quem: “... há coisas lindas acontecendo de forma silenciosa e invisível, pessoas que vivem por ideais altos e lutam pela justiça e pela verdade...”. Mas o próprio autor questiona: “Será que nós, humanos, sofremos de uma doença inata, um pecado original que nos faz preferir o pútrido, o escabroso, o indecente, o violento?” (ALVES, 2003, p. 12).

A fuga de matérias desse tipo – em decomposição –, e a celebração da vida, de forma crítica, mas ao mesmo tempo com suas belezas, fazeres e escutas, é o caminho da educação humanizada a ser trilhado em emissoras educativas de rádio. Um trabalho semelhante ao que era desenvolvido pela jornalista Neide Duarte, na TV Cultura, de São Paulo, na série de documentários “Caminhos e Parcerias”. O programa, com texto, reportagem e direção de Duarte, revelava o trabalho dos cidadãos que buscam novas perspectivas de vida. A justificativa do projeto, embora não mais veiculado pela Cultura, está no site da emissora na Internet:

A equipe de reportagem do “Caminhos e Parcerias” viaja pelo Brasil atrás dos que acreditam. Daqueles que sabem: deve haver uma saída para uma vida melhor. São comunidades que se unem em torno de uma idéia, de um trabalho, de projetos de educação, saúde, geração de empregos e conseguem, com ajuda de empresas privadas, universidades, prefeituras, governo federal, visualizar novas perspectivas. [...] Nada está resolvido, tudo está por fazer... são apenas alguns caminhos (CAMINHOS..., 2001).

Para especialistas entrevistados pela Revista Educação (PAVAN, 2001), as grandes referências de qualidade no setor educativo são as Rádios Cultura AM e FM, mantidas pela Fundação Padre Anchieta, instituição pública de direito privado que recebe do governo do Estado de São Paulo um orçamento definido por lei, por meio da Secretaria de Educação. As emissoras possuem independência editorial e têm um conselho que referenda a programação.

Independência editorial, aliás, é uma das marcas que devem nortear o caráter educativo das emissoras de rádio na avaliação de Blois. Ela diz que os vínculos

institucionais das rádios podem ser estabelecidos com órgãos nacionais ou locais e até com entidades da iniciativa privada, “desde que seus objetivos estejam voltados para ações que privilegiem a Cultura e a Educação nos seus aspectos formativo e informativo”:

No entanto, a natureza da vinculação não deve ser o indicador a nortear a linha de conduta da emissora, que precisa manter uma posição isenta e ética, compromissada com a informação e a formação do público ouvinte, com a construção cotidiana da cidadania de quem a escolhe como meio de comunicação e de informação, de elo com a comunidade próxima ou distante (BLOIS, 2003, p. 45).

3 A Experiência de Londrina

O Paraná tem hoje pelo menos cinco emissoras educativas: duas em Curitiba; uma em Londrina, outra em Maringá e a quinta em Toledo¹. A Rádio Universidade FM (emissora da Universidade Estadual de Londrina – 107,9 MHz) é a única educativa da região Norte do Estado e completou 15 anos em junho de 2005. Em pleno processo de “adolescência”, tenta trilhar mais firmemente agora um caminho de educação. Assim como a programação musical, o jornalismo tem papel importante na pavimentação desse percurso.

Desde julho de 2002, um projeto que busca valorizar as iniciativas propositivas de sujeitos e comunidades é levado ao ar inspirado no trabalho de Neide Duarte. O projeto veiculado na rádio é experimental e se chama “Jornalismo Cidadão”. Ele consiste na produção de reportagens entre 10 e 15 minutos de duração que são veiculadas no Jornal do Dia². Até 2003, a série era apresentada quinzenalmente, mas agora não tem periodicidade fixa. As reportagens são levadas ao ar quando ficam prontas – processo, aliás, que envolve um modo de produção e edição mais lento por incluir entrevistas longas que necessitam de uma escuta e edição das falas apuradas.

A edição é mais demorada porque nela o repórter se retira da cena e vai buscando “costurar” um sentido para que a narrativa do entrevistado se auto-explique. Fica somente a fala do entrevistado, geralmente permeada com música e efeitos sonoros. São reportagens biográficas – também chamadas de perfis. A intenção é valorizar as histórias de sujeitos singulares. O psicanalista Renato Mezan nos auxilia na tarefa de compreender a idéia de singular, tão valorizada pelo projeto:

O singular é aquilo que é único, pessoal, intransferível, o que faz de mim um sujeito e do meu vizinho um outro, porque nem ele nem eu podemos dividir, sob esse aspecto, o que quer que seja. É o território da biografia,

das escolhas, das paixões, dos atos individuais; cada ato soma-se aos anteriores e com eles se amalgama, de modo a constituir cada pessoa como *aquela que é e não outra* (MEZAN, 2003, p. 260).

Para o neurologista inglês Oliver Sacks, para sabermos sobre a vida de um sujeito, é preciso aprofundar-se no que ela tem de singular:

Biologicamente, fisiologicamente, não somos muito diferentes uns dos outros; historicamente, como narrativas, cada um de nós é único.

Para sermos nós mesmos precisamos ter a nós mesmos, possuir, se necessário repossuir, nossa história de vida. Precisamos “rememorar” a nós mesmos. Um homem necessita dessa narrativa, uma narrativa íntima contínua, para manter sua identidade, seu eu (SACKS, 1997, p. 129).

Experienciar diferentes formas de vida por meio do rádio implica buscar, descobrir e difundir histórias singulares. Implica uma disponibilidade de escuta cujo tempo é diferente das emissoras comerciais, que estabelecem rígidos padrões de horários tanto para a coleta de entrevistas quanto para a edição e a veiculação. Tempo que precisa respeitar o caráter único de cada narrativa:

Se desejamos saber a respeito de um homem, perguntamos “qual é sua história – sua história real, mais íntima?”, pois cada um de nós é uma biografia, uma história. Cada um de nós é uma narrativa singular que, de um modo contínuo, inconsciente, é construída por nós, por meio de nós e em nós – por meio de nossas percepções, sentimentos, pensamentos, ações e, não menos importante, por nosso discurso, nossas narrativas faladas (SACKS 1997, p. 129).

O projeto experimental sobre as narrativas de sujeitos singulares realizado pela Rádio Universidade FM envolveu, até 2003, um trabalho de equipe, formada pela jornalista da emissora Patrícia Zanin Heitzmann, os jornalistas colaboradores Fábio Augusto Mansano e Guilherme Borges, a então estudante do curso de jornalismo da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Roberta Costa Alves Nunes, formada em 2004, e a professora de Radiojornalismo e Telejornalismo da Universidade Estadual de Londrina Flávia Bepalhok.³ Para alguns ouvintes, entrevistados especialmente para a produção de artigo publicado em 2004, o “sumiço” do repórter no momento da edição não significa de todo uma ausência. Para alguns, trata-se de uma “ausência presente”, como descreveu a professora do curso de Artes da Universidade Estadual de Londrina, Marta Dantas:

A “ausência” do repórter é um fator importante. Ainda que saibamos que o repórter é uma “ausência”

¹ Levantamento feito pela equipe de jornalismo da Rádio Universidade FM em junho de 2003 para a produção de uma série de reportagens sobre rádios educativas produzida por Maria Cristina Côrtes, com reportagens de Patrícia Zanin Heitzmann, Paulo Henrique Paoliello, Mariana Soares, Maria Izabel Gomes e Roberta Nunes.

² Noticiário apresentado de segunda a sexta na emissora, das 12 horas às 12h30.

³ O fundamento do projeto “Jornalismo Cidadão” foi apresentado na sessão Temas Livres do XXVI Congresso Anual em Ciências da Comunicação (Intercom), realizado entre 2 e 6 de setembro de 2003, em Belo Horizonte (MG). Em 2004, a recepção ao projeto em forma de pesquisa qualitativa foi apresentada em forma de artigo também na sessão Temas Livres do XXVII Congresso Anual em Ciências da Comunicação (Intercom), realizado em setembro, em Porto Alegre (RS).

presente, seu ocultamento é que dá a impressão de estarmos diante de um narrador, de um contador de histórias, cuja narrativa nos apreende pelas alterações do tom de voz, pelo entusiasmo, pelo vocabulário, pelas pausas. O jornalista deixa de ser uma espécie de inquisidor para ser o porta-voz de fantásticas narrativas (Informação verbal).

O jornalista Francisco Amaro, da Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina, que já foi professor de Radiojornalismo e de Jornalismo Impresso na instituição, entende que o projeto tem seu valor comprometido quase que totalmente por conta da forma como é apresentado:

A falta de um narrador (repórter ou locutor) nos programas, na minha opinião, compromete o seu valor de forma quase que irremediável. É preciso que alguém chame a atenção dos ouvintes para a importância do que vai ser informado pelo personagem em cada parte do programa. A isso se chama hierarquizar as informações. Comparando com um jornal, do jeito que os programas foram editados, é como escrever uma reportagem de duas páginas sem fazer nenhuma retranscrição, acreditando que um único título, uma única manchete, será capaz de pretender o leitor da primeira linha até o ponto final, 30 mil caracteres depois (Informação verbal).

Na avaliação dele, a forma compromete e enfraquece o conteúdo. “Provavelmente estamos diante de uma bela história, mas ela, a história, não se concretiza, não floresce” (Informação verbal). Ainda na avaliação do jornalista, “a narrativa vai andando cheia de surpresas. A pessoa muda de assunto sem que se saiba por quê. Falta quem amarre as informações”.

Já a forma como a reportagem é apresentada, sem a presença do repórter na edição final apresentada aos ouvintes, é motivo de valorização para o professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, Hermann Oberdiek. Ele avalia ainda que a série de reportagens “Jornalismo Cidadão” busca trazer narrativas que envolvem boas iniciativas: “[...] o jornalismo nunca só deve ser transmitir notícias de coisas ruins [...]. Esse tipo de reportagem é uma maneira de transmitir as coisas boas que acontecem e que também fazem parte do nosso cotidiano” (Informação verbal). Uma afirmação que coincide com a que utilizamos anteriormente feita por Rubem Alves.

4 Com a Palavra, os Educadores

Rubem Alves fez a estréia da série de entrevistas “Encontros com”. Foi em março de 2005. Ele esteve em Londrina em fevereiro para uma palestra para educadores e gravou entrevista na Rádio Universidade (107,9 MHz). Até agora, a emissora veiculou outros cinco programas especiais com educadores reconhecidos por suas idéias e contribuições. A série de entrevistas tem a marca de buscar a interlocução com pelo menos um representante da academia para aprofundar o assunto. Ele (a) é convidado (a) para fazer perguntas, instigar o convidado, lançar dúvidas. Depois de Rubem Alves, já passaram pela rádio os educadores Dermeval Saviani

(Unicamp); Miguel Arroyo (Universidade Federal de Minas Gerais); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP); Livia de Oliveira (Unesp); Margareth Rago (Unicamp) e Edson Passeti (PUC-SP). Eles têm a oportunidade de aprofundar seu pensamento, já que as entrevistas têm, em média, uma hora de duração. A tentativa de combinar conteúdo com forma também se faz presente neste projeto de encontros com educadores. As entrevistas são pontuadas com pequenos trechos musicais que têm relação com a narrativa dos convidados. A intenção é que pelo menos uma vez por mês, o ouvinte tenha contato com o pensamento de um autor. A pergunta inicial a todos é “quem é você?” Uma oportunidade para que o educador possa falar um pouco de si e não só do seu trabalho na universidade.

A série de entrevistas integra o projeto editorial da rádio que está em construção e prevê, além de entrevistas em profundidade, a produção de séries de reportagens principalmente nas editorias de educação, meio ambiente, cidadania e cultura. O projeto foi definido em conjunto entre os três jornalistas da rádio (Maria Cristina Côrtes, Patricia Zanin Heitzmann e Pedro Livoratti) e a ex-diretora Janete El Haouli. Tem apoio dos estudantes colaboradores da emissora e da atual direção.

A produção de séries de reportagens é preocupação mais constante na rádio desde 2003. Naquele ano, o jornalismo da rádio e a direção definiram que as reportagens deveriam ser um dos diferenciais da emissora. A reforma física na rádio fez com que alguns programas jornalísticos fossem suspensos temporariamente, período aproveitado para reflexão e elaboração de pautas. Em 2003, foram produzidas pelo menos sete séries de reportagens pelos jornalistas da emissora, em parceria com os alunos (envolvendo temas como o transporte coletivo, o circo, os sentidos da música, as drogas, os 30 anos do golpe militar no Chile, além de saúde e rádios educativos). Essas séries trabalham com o aprofundamento e a interpretação da informação. Mas fica a pergunta: será que projetos jornalísticos com foco nos caminhos do sujeito, do cidadão, só podem ser desenvolvidos em TVs e emissoras de rádio públicas e educativas?

Para Eugênio Bucci, atual diretor da Radiobrás (a agência nacional de comunicação do governo federal), o jornalismo deveria aprofundar-se mais nos assuntos, contextualizando-os e privilegiando a ética:

É verdade que a atividade jornalística se converteu num mercado, mas atenção, esse mercado é consequência, e não o fundamento da razão de ser da imprensa. Do direito fundamental a que corresponde a imprensa, o direito à informação, resulta a ética que deveria reger os jornalistas e as empresas de comunicação (BUCCI, 2000, p. 33).

Ética que *deveria* reger os jornalistas e as empresas, diz Bucci, usando o verbo no futuro do pretérito. Porque, com raras exceções, a grande imprensa tem dado as costas para propostas como as mantidas pela Cultura, por exemplo. O jornalista Alberto Dines, que faz uma análise crítica da mídia, afirma que a imprensa está na

contramão da história ao adotar uma postura como essa⁴.

Para o professor universitário e presidente da Associação Brasileira de Emissoras de TVs Universitárias, Gabriel Priolli, da PUC-SP, emissoras de TV e rádios educativas devem fazer uma escolha pela profundidade ao tratar dos diferentes temas. Ele alega que o rápido, o fugaz, o imediato e o instantâneo já têm seu espaço garantido nas rádios comerciais⁵.

Na avaliação do sociólogo e professor livre-docente da Escola de Comunicação e Artes da USP, Laurindo Leal Filho, em entrevista à Revista Educação, “o conceito de educação está na origem do rádio, no entanto, como nosso modelo institucional é o comercial, a idéia inicial foi sendo substituída pelo entretenimento e pela informação” (PAVAN, 2001). Para ele, a situação agravou-se com o surgimento da TV, quando as emissoras de rádio começaram a buscar sobrevivência com música e notícia, deixando de lado o papel educativo, que hoje, segundo ele, é “residual e insignificante”: “O grande mal do rádio brasileiro é estar nas mãos de comerciantes e de políticos religiosos” (PAVAN, 2001).

O ideal para o desenvolvimento de uma programação diferenciada, segundo Leal Filho, seria aliar entretenimento ao conteúdo educativo:

Mas, infelizmente, iniciativas assim são poucas. Comparada com a televisão, uma produção de rádio é barata, basta ter criatividade e talento. Porém, esses projetos são incompatíveis com os objetivos de lucro comercial e proselitismo religioso, que é o que impera nas emissoras brasileiras atualmente (PAVAN, 2001).

A professora de Radiojornalismo da Universidade de Brasília (UnB), Nélia Del Bianco, interpreta o conceito de educativo hoje mais ligado à cultura. Ela defende a idéia em um artigo, alegando que quem se aventura a produzir materiais radiofônicos ligados às práticas educativas deve estar atento à separação existente entre o rádio educativo erudito e elitista e o rádio educativo popular. A professora sugere que o projeto educativo atual assuma alguns princípios básicos como:

- a) adotar a perspectiva da mobilização social, promoção humana e desenvolvimento da comunidade no uso do rádio para fins educativos;
- b) ter o propósito de não dar aulas pelo rádio, mas sim, aproveitar a linguagem radiofônica para disseminar uma cultura;
- c) produzir programas regionalizados, respeitando as características culturais e as potencialidades econômicas e sociais do local;
- d) apresentar conteúdos que estimulem a reflexão e a construção do saber a partir da vivência coletiva, o saber popular, as vivências comunitárias e coletivas, propiciando elementos conceituais para que o público possa desempenhar ações concretas (DEL BIANCO, 2003, p. 5).

Del Bianco lista ainda outros três itens que considera importantes nessa perspectiva de produção de programas educativos voltados às idéias de cultura, transmissão de valores, promoção humana e mobilização social. Para ela, a preocupação estética também deve estar presente. A professora defende o “uso de vários recursos da linguagem radiofônica” como o humor, o drama, os efeitos sonoros, além do relato de casos reais. Outra orientação dada por Del Bianco é para que a emissora e seus programas possam se constituir “num canal de interação passando a ser percebido como um interlocutor perante seus ouvintes”.

Para elaborar as orientações ligadas ao que ela chama de “perspectiva do popular”, faz uma distinção com o rádio educativo erudito e elitista que, segundo ela, tem a missão de difundir conhecimentos e levar educação no sentido formal, além de perceber a cultura como um saber a ser cultuado e preservado, tornando-se “chato e cansativo”.

Esse modelo de rádio, como afirmamos no início do texto, vigorou principalmente no início das transmissões do veículo no Brasil, a partir de 1923, com a criação, por Roquette Pinto, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro – hoje Rádio MEC. A emissora transmitia palestras e conferências. Roquette Pinto defendia a transmissão de educação e cultura pelo rádio como forma de reduzir os altos índices de analfabetismo. A preocupação dele era mais do que legítima, embora a forma de buscar a diminuição dos analfabetos no país talvez não fosse a ideal. Passados 80 anos, o Brasil mantém, segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), 16 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever⁶. O número sobe para 30 milhões se considerados os analfabetos funcionais (aqueles com menos de 4 séries do ensino fundamental concluídas).

Mas o projeto de alfabetização pelo rádio proposto nos anos 20 por Roquette Pinto não atingiu o objetivo de popularizar o conhecimento, segundo Del Bianco.

A programação educativa produzida pela sua emissora era recheada de palestras científicas e literárias, acessíveis apenas a um público seletivo que tinha recursos para adquirir aparelho receptor importado. (DEL BIANCO, 2003, p. 3).

Ela relembra ainda que a preocupação educativa de Roquette Pinto deu lugar a uma série de outras iniciativas como as escolas radiofônicas, criadas sob o controle do Estado, de universidades e outras instituições:

[...] cujo objetivo era transmitir conhecimentos e instrução básica numa estrutura de ensino formal a distância. A maioria dos programas educativos lançados apresentava cursos regulares de matemática, português, ciências, que reproduziam no rádio o ambiente da sala de aula, sendo totalmente distanciados do universo simbólico e cultural de seu público alvo (DEL BIANCO, 2003, p. 3).

^{4,5} A afirmação foi feita para a série de reportagens sobre rádios educativas produzida e veiculada pela Rádio Universidade FM, em junho de 2003.

⁶ Os dados constam da página do Inep na internet (<http://www.inep.gov.br>).

Um rádio educativo que pretenda aproximar-se de fato do universo simbólico e cultural onde está inserido, necessita – como já alertou Paulo Freire a respeito das práticas educativas – saber escutar e ter disponibilidade para o diálogo. Na teoria, a proposta do educador não deixa dúvidas sobre sua importância. Na prática educativa, porém, ela é tarefa complexa a ser viabilizada. Implica um constante escutar-se; envolve o já mencionado mergulho em si para “nadar” sincronizado com o outro. Freire defendia: é escutando que aprendemos a falar. Ele propôs uma escuta paciente, mas também crítica:

Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isto não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isto não seria escuta, mas auto-anulação. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das idéias (FREIRE, 1996, p. 135).

Freire também chama nossa atenção para a disponibilidade de diálogo:

O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento da História. (FREIRE, 1996, p. 154).

A arte de saber escutar, a disponibilidade para o diálogo, a produção de material educativo que tenha qualidade ética e estética. Esses são alguns dos desafios que se colocam para as mais de 300 emissoras de rádio educativas no País⁷. O número é ínfimo se comparado ao universo total de emissoras brasileiras, estimado pelo governo em 5,2 mil emissoras entre AMs, FMs, Ondas Médias, Ondas Curtas e Ondas Tropicais, além das rádios comunitárias. Mas é preciso que as rádios educativas assumam seu papel diferenciado no processo de educação e comunicação que se coloca como desafiador num serviço público de concessão.

O jornalista tem o dever de atuar nessa dimensão e deve se acostumar com a fiscalização da sociedade, como defende Alberto Dines, em seu “Observatório da Imprensa” na Internet: “A imprensa é serviço público. Cabe à sociedade fiscalizá-la”. E exercer o diálogo, complementamos.

Referências

- ALENCAR, C.; GENTILI, P. *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ALVES, R. *Quarto de badulaques*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BLOIS, M. Rádio Educativo no Brasil. Uma história em construção. In: HAUSSEN, D. F.; CUNHA, M. R. (Org.). *Rádio brasileiro: episódios e personagens*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação; Ministério das Comunicações. *Portaria Interministerial Nº 651, de 15 de abril de 1999*. Disponível em: <http://www.abtu.org.br/legislacao_portaria_ministerial.asp>. Acesso em: 10 out. 2001.
- BUCCI, E. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CAMINHOS & Parcerias. Disponível em: <<http://www.tvcultura.com.br/caminhos/index.htm>>. Acesso em: 10 out. 2001.
- DEL BIANCO, N. *Rádio e Educação Caminhos cruzados*. Artigo (mimeo) enviado pela autora à Rádio Universidade FM, em 20 de junho de 2003.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HEITZMANN, P. Z.; BESPALHOK, F. L. B. Rádios educativas: entraves, desafios e possibilidades para a construção de práticas educativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2005. CD-Rom.
- HEITZMANN, P. Z.; BESPALHOK, F. L. B.; MANSANO, F. A.; BORGES, G. O repórter como “ausência” presente: narrativas singulares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2004. CD-Rom.
- KANT, I. *Textos selecionados. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?* Petrópolis: Vozes, 1985.
- KAPLUN, M. *Produccion de programas de radio: el guión, la realización*. Quito: Ciespal, 1978.
- MEZAN, R. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- PAVAN, A. Em busca de sintonia. *Revista Educação*, São Paulo, n. 246, out. 2001. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_revistas/revista_educacao/outubro01/capa.htm>. Acesso em: 9 jan. 2005.
- RAMONET, I. O poder midiático. In: MORAES, D. (Org.). *Por uma outra comunicação*. Mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SACKS, O. *O homem que confundiu sua mulher com um chapéu e outras histórias clínicas*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁷ O número exato de emissoras educativas do País, em junho de 2003, era de 328, segundo informou o Ministério das Comunicações à Rádio Universidade FM para a produção de uma série de reportagens sobre rádios educativas.